

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas

Agriculture and development, comparatively, in Brazil and Portugal and the emergence of productive alternatives

Agricultura y desarrollo, comparativamente, entre Brasil y Portugal: el surgimiento de alternativas productivas

Ricardo Luiz Sapia de Campos

UFSCAR, Brasil
sapiacampos@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-9132-1659>

DOI: <http://doi.org/10.15359/prne.23-45.7>

Fecha de recepción: 02/12/2024 • Fecha de aceptación: 04/05/2025 • Fecha de publicación: 27/06/2025

RESUMO

O artigo discute a emergência de experiências produtivas, “alternativas”, em municípios rurais no Brasil, comparativamente com casos em aldeias e vilas no Alentejo, sul de Portugal. Constrói um liame que conecta experiências entre os dois continentes a partir da também conexão entre dois modelos: o setor sucroenergético no Brasil, com a chamada indústria do azeite em Portugal. Tais experiências se encontram pela via da matriz

RESUMEN

El artículo analiza el surgimiento de experiencias productivas “alternativas” en municipios rurales de Brasil, en comparación con casos en pueblos y ciudades del Alentejo, al sur de Portugal. Establece un vínculo que conecta experiencias entre los dos continentes a partir de la relación entre dos modelos: el sector sucroenergético en Brasil y la llamada industria del aceite de oliva en Portugal. Estas experiencias se encuentran atravesadas por la matriz



“desenvolvimento”, tanto quanto pela ótica da valorização de aspectos subjetivos, diante a objetividade do modelo “hegemônico” em Portugal e Brasil. Os argumentos são construídos a partir da comparação de elementos correntes destas duas realidades.

Palavras-Chave: agricultura, desenvolvimento. Brasil, Portugal, Alentejo.

del “desarrollo”, así como por la perspectiva que valora aspectos subjetivos, en contraste con la objetividad del modelo “hegemónico” en Portugal y Brasil. Los argumentos se construyen a partir de la comparación de elementos actuales de estas dos realidades.

Palabras clave: agricultura, desarrollo, Brasil, Portugal, Alentejo.

ABSTRACT

The article discusses the emergence of “alternative” productive experiences in rural municipalities in Brazil, compared with cases in villages and towns in Alentejo, southern Portugal. It establishes a connection between experiences across the two continents by examining two models: the sugar-energy sector in Brazil and the so-called olive oil industry in

Portugal. These experiences are approached through the lens of the “development” matrix, as well as through a perspective that values subjective aspects, in contrast to the objectivity of the “hegemonic” model present in both Portugal and Brazil. The arguments are developed through a comparison of current elements in these two contexts.

Keyword: agriculture, development, Brazil, Portugal, Alentejo.

INTRODUÇÃO

O texto discute fragmentos de resultado de pesquisa a partir da produção de elementos comparativos entre locais no Brasil e no Alentejo, sul de Portugal. Buscando elementos comparativos entre duas realidades distintas, captadas por resultados de dois projetos diferentes, em momentos coincidentes temporalmente. No Brasil as pesquisas foram realizadas no interior do Estado de São Paulo e no entorno da capital do Estado de Goiás – Goiânia; em Portugal no chamado “centro sul de Portugal”, região compreendida entre a Beira Baixa e o chamado Alentejo central.

A escolha entre os dois países busca identificar e comparar o sistema de *plantation* radicalizado pela Revolução Verde nas duas realidades, ainda que guardadas as diferentes proporções de cada uma delas. A proposta, portanto, é mostrar o específico dentro do geral. A motivação metodológica da escolha pela comparação entre regiões do Brasil e de Portugal deve-se pela vivência pessoal e profissional do autor em cada uma delas, e não em outras. Lembrando neste particular do professor **Antônio Candido (2017)** que apontava que a

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos



Revista Perspectivas Rurales by Universidad Nacional is licensed under a Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional License.
Creado a partir de la obra en <http://revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales>.

escolha por estudar o caipira paulista em Bofete e não em outros municípios rurais do médio Tiete tinha em conta a facilitação de acesso, acolhimento pessoal e institucional. Dizia que tivesse optado por outro território onde o caipira estava presente, teria identificado outras especificidades dentro da mesma generalização que era o isolamento econômico estruturado na sociabilidade de bairro rural. O “desenvolvimento” é o quadro geral que sugere metodologicamente a comparação entre Brasil e Portugal. Não existe assimetria comparativa na especificidade já que se trata de realidades diversas, sendo esta mesma diversidade que a pesquisa busca entender e descrever. A generalização é a orientação metodológica que estrutura o quadro comparativo, a qual aqui generalizo como “desenvolvimento” (Cepeda, 2012), ou capitalismo agrário” (Abramovay, 2011). As especificidades a qual a pesquisa se remete são os chamados “estudos territoriais”.

O objetivo deste trabalho é comparar experiências típicas de “alternatividade produtiva”, cristalizadas no contexto do território português, com outras do mesmo calibre verificadas no Brasil. A comparação tem como critério metodológico a condição de “alternatividade” presente nas duas realidades estudadas. Por alternatividade ou agricultura alternativa, entende-se genericamente as formas de organização do trabalho e da produção que designam modelos não convencionais de agricultura. Prioriza práticas agrícolas sustentáveis em detrimento dos métodos convencionais estruturados unicamente na maximização da produção. No Brasil a alternatividade se refere ao foco de empreendimentos agrícolas de pequeno porte, relativo ao grande complexo sucroenergético¹. Portanto, como critério metodológico assumimos que em Portugal o “setor do azeite”, é equiparável ao chamado no Brasil, setor sucroalcooleiro. O que permite esta comparação é a semelhança ou identificação do modelo de desenvolvimento ou sistema produtivo

1 O chamado “setor sucroalcooleiro” foi como o complexo produtivo, industrial, agrícola, gerencial, e comercial do açúcar e do álcool ficou conhecido desde o Proálcool. Promoveu “desenvolvimento” econômico à custa de degradação ambiental e do trabalho, com empregos de pouca qualificação, como e esforços físicos repetitivos como o assalariamento agrícola para o corte (colheita) e plantio de cana-de-açúcar, comum até a década de 80 do século passado. As chamadas “queimada da” cana cru”, proibida no Estado de São Paulo desse 2002, porém vigente ainda nalguns outros estados; o corte manual de cana-de-açúcar nos anos oitenta, foi responsável por processos de degradação humana como envelhecimento precoce e uma dezena de doenças ligadas a prática do esforço físico degradante e repetitivo. (SILVA, 1999). Setor sucroenergético é o termo usado há alguns anos, principalmente nas últimas duas décadas quando foi intensificada a matriz exportadora. O dantes setor sucroalcooleiro passou a setor sucroenergético, termo que identifica e vincula como sendo produtores do “melhor” e “mais viável” combustível limpo. Apresentam-se, portanto, como estritos cumpridores das normas ambientais, e, promotores da ecologia, com ISOs internacionais que atestam a certificação “selo verde”.

de *plantation* em diferentes dimensões em cada um dos casos. Trata-se, evidentemente, duma generalização metodológica necessária à realização da pesquisa científica. A produção tanto no caso do azeite em Portugal, quanto do etanol no Brasil passou por um período de adequação e modernização nos últimos vinte anos visando atender as novas demandas do mercado internacional e as exigências regulatórias de exportação. Em ambos os casos, a produção orientada para o grande mercado agroexportador é responsável por promover dividendos sociais e ambientais. Exemplos incluem implicações ambientais negativas como: como: barulho (aviões que pulverizam, máquinas agrícolas, trânsito de veículos), uso de agrotóxicos (cheiro, contaminação) produção de resíduos (o caso dos resíduos da produção de azeite e açúcar), contaminação de mananciais, destruição de matas e espécies nativas, mortandade de aves por falta de alimento e por destruição do habitat natural. Em Portugal houve o recente problema com as chamadas “aves invernantes”², por exemplo, somado a superpovoação de cidades e aldeias, destruição de formas de organização produtiva tradicionais, e, em consequentemente o desaparecimento de manifestações artísticas e culturais tradicionais. Com relação a pauta do trabalho a diminuição de ocupações qualificadas ligadas as atividades polivalentes da prática agrícola em detrimento da criação de postos de trabalho de baixa qualificação e remuneração. Acrescenta-se aos dois casos, mas mais ainda ao caso português, o uso de mão-de-obra imigrante subcontratada e de baixa remuneração. (Campos e Pires, 2020)

Os impactos sociais e ambientais nos dois países são muitos, sendo que as iniciativas produtivas alternativas a estes modelos hegemônicos, se constituem em ações concretas propositivas diferentes das iniciativas contestatórias e reivindicativas predominantes entre os movimentos sociais do século passado (Gohon, 1997), (Tourraine, 2002). Tais alternativas são identificadas a partir do que Graziano da Silva (2002) denominada de “Novo Rural”. para quem a produção e ocupação de novos espaços rurais

- 2 A intensificação da cultura dos chamados “olivais intensivos”, principalmente no Alentejo, tem levado a um impacto ambiental e ecológicos assustador. O caso das chamadas “aves invernantes” se refere a espécies nativas migratórias que durante o inverno, período que coincide com a colheita da azeitona que é realizada também em horários noturnos, estão abrigadas nas arvores-oliveiras. A intensificação destas arvores – ainda como arbustos – são destinos atrativos para estas aves que são mortas aos milhares quando a colheita é feita em horários noturnos. As máquinas chacoalham os galhos e as aves de hábitos diurnos fogem assustadas, chocando umas com as outras e com obstáculos e morrendo aos milhares. São mais de 100.000 aves mortas todo ano nestas condições com a extinção de algumas espécies e o desaparecimento de mais de 80% nalguns casos mais críticos.

se descola do liame agrícola e da produção de alimentos, abrindo para possibilidades conectadas, também, a dimensões subjetivas, e ressignificadas. O desenvolvimento agrícola hegemônico quer seja em Portugal com o azeite, quer seja no Brasil com o açúcar e etanol, aparece em cada uma das realidades estudadas com mais propriedade, em planos distintos. Porém elas são metodologicamente “assemelhadas” neste estudo pelos motivos: impactos sociais, ambientais, e, econômicos (foco no mercado agroexportador). Neste sentido são tomadas como modelos agroexportadores ligados a produção de alimentos (azeite e açúcar-álcool).

No caso português, os casos estudados são do setor azeiteiro e da indústria da carne no Alentejo; já no Brasil concentram-se em sistemas de plantation³, ou do contexto do agronegócio brasileiro, pontualmente do “mar de cana” do interior do Estado de São Paulo. As experiências produtivas estudadas em Portugal se referem ao complexo azeiteiro e a indústria da carne, ambos no Alentejo; no Brasil concentram-se em casos invisibilizados dentro do contexto do agronegócio, particularmente do chamado “mar de cana”, do interior do Estado de São Paulo, ou sistema de *plantation* do estado de Goiás.

METODOLOGIA COMPARATIVA: EM BUSCA DO “CAMPO”

O tema da pequena produção ganha destaque no Brasil principalmente na década de sessenta do século passado, quando o movimento sindical e os movimentos sociais incorporam a tese “chayanoviana” do campesinato, (Van Der Ploeg, 2016). A ação da Igreja Católica no interior dos sindicatos e dos movimentos sociais reforçou a tese da viabilidade econômica da pequena produção evocando a conscientização social do sujeito como fator preponderante de transformação social. A “consciência de classe” se desenvolveria via ação do sujeito orientado preferencialmente pelo movimento social. O hegelianismo católico do movimento conhecido como Teologia da Libertação, mais tarde, socialismo cristão, animou a ação da militância sindical e católica (Stein, 1998). O tema da pequena propriedade da terra é reivindicado pelo sindicalismo rural e pelos movimentos sociais

3 Para mais que a simples tradução de *plantation* como plantação, a expressão em língua inglesa generaliza um sistema produtivo ou de produção que remota ao período colonial. Compreende: monocultura, sistema de latifúndio, produção para o mercado externo e exploração de mão-de-obra primeiro escrava e depois assalariada.

sendo o mais conhecido deles Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na senda das emblemáticas Ligas Camponesas⁴. (Leite Lopes, 2013). No Brasil, desde a década de sessenta do século passado até a Constituição de 1988 o foco dos movimentos sociais, sindicatos, igreja católica, e mais tarde dos partidos políticos se estruturavam em torno da pauta da Reforma Agrária como principal medida contra a pobreza, visando melhor distribuição de renda e produção de alimentos. (Welch, A. C., 2009)

Exemplos como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), criado em 1995; e posteriores desdobramentos deste, possibilitando também a construção de outras agendas que envolvem os territórios rurais, perpassando dimensões de problemas que já existiam, e outros que se construíram como tal: questão indígena, incluído principalmente a demarcação de terras, pautas ambientais, garimpo, uso e manuseio do solo e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a produção agrícola, e o tema sobre os agrotóxicos ligado a segurança alimentar. Movimentos agroecológicos propugnando por alimentos saudáveis, com recorte privilegiado no Brasil por produtos orgânicos, em Portugal seu correspondente, os “biológicos”. A singularidade do caso brasileiro é a luta dos povos indígenas e tradicionais que ganharam protagonismo, principalmente nas últimas décadas, desempenhando papel fundamental na construção de agendas combativas ao agronegócio.

A criação do Programa Nacional de Educação no Reforma Agrária (PRONERA)⁵, criado em 1998, marca esta nova etapa da História do Brasil onde o tema da Reforma Agrária passa a ser política de Estado e não mais “caso de polícia”. A dimensão agrarista, construída no segundo quartel do século passado, e que focava prioritariamente a Reforma Agrária como principal medida de combate a concentração de renda e a pobreza no campo,

-
- 4 Das principais organizações dos camponeses e trabalhadores rurais na agricultura, as chamadas Ligas Camponesas se constituíram na década de 40 do século XX como movimento social e organização política do campesinato brasileiro. Inicialmente de caráter difuso, compreendendo ações que se estruturavam em demandas de camponeses, foreiros e assalariados rurais do Nordeste brasileiro. Passando por diferentes momentos: constituição do movimento, clandestinidade, refundação e afirmação, pautou-se principalmente por se constituir como movimento social de cunho socialista, advogando a Reforma agrária como principal, ainda que não sendo a única, medida para o problema agrário brasileiro. A este respeito ver: LEILTE LOPES, Jose Sergio. Entrevista com Moacir Palmeira, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 435-457, jan./jun. 2013
- 5 O PRONERA Programa Nacional de Formação na Reforma Agrária criado em 1998, via portaria ministerial, sendo transformado em Lei do Decreto presidencial em 2009, e visa fortalecer as políticas e ações no âmbito da Reforma Agrária. Tem como uma linha de atuação prioritária a incorporação de jovens em universidades públicas federais no âmbito da formação de nível técnico e superior em cursos com foco na Reforma Agrária.

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos



mas também como medida de solução tecnológica para a produção de alimentos, foi perdendo força, na mesma medida que foi incorporada por política de Estado. O tema da Reforma Agrária no Brasil incorporou outras agendas e temas como qualificação técnica, empreendedorismo, qualificação profissional, linhas de financiamento, conversão agroecológica etc. (Graziano e Navarro, 2015). As diversidades regionais do caso brasileiro são trabalhadas pela ótica das políticas públicas inclusivas de novas demandas. (Sabourian, 2009), (Santos e Silva, 2022).

Em Portugal a realidade é outra, e distinta. O Norte de Portugal tem um histórico de campesinato e de fragmentação fundiária em torno da pequena agricultura de subsistência, dos chamados “povos de montanha”⁶ envolvendo também a cultura de florestas. Caso amplamente conhecido do chamado “douro vinhateiro”, e a da produção do conhecido vinho do porto. O sul de Portugal compoendo um terço do país, ou 33% do território nacional, concentra mais da metade do território agrícola aproveitado de Portugal. O chamado Alentejo, tem um histórico agrário particular. Passou por uma frustrada experiencia de Reforma Agrária que pouco alterou a base fundiária da região acabando por reafirmar a “viabilidade”, socioeconômica e produtiva (tecnológica) das grandes herdades. (Freire et ál., 2004) Concordando, portanto, com o economista e Ministro da Agricultura à época, Fernando Oliveira Batista (2004), para quem apesar da destruição da Reforma Agrária ter sido um projeto de Estado, esta destruição já vinha acontecendo no interior do próprio movimento dos trabalhadores, que priorizavam mais as conquista e melhorias das suas condições de vida e trabalho, do que propriamente a viabilidade agrícola centrada na posse da terra e na organização do trabalho camponês, conforme orientação do movimento.

Dadas a diferenças de cada uma destas realidades, cabe conectar uma base simétrica que permite generalizar o que no Brasil se entende politicamente como pequena produção. O conceito de “sistema produtivo” em Portugal (Marques e Carvalho, 2017); (Avillez, 2015) parece ser o mais apropriado, ainda que seguramente diferente ou singular. Esta comparação corresponde em alguma medida ao entendimento que institucionalmente no Brasil fazemos de pequena produção ou mesmo agricultura familiar. As

6 Sugere-se um clássico livro de Aquilino Ribeiro sobre o tema da reforestação dos baldios em montanhas do centro sul de Portugal: “Quando os lobos uivam”, republicado pela editora Bertrand, 2016.

terminologias “pequena produção” e “agricultura familiar” não significam a mesma coisa em cada um destes países, apesar do sentido literário ser o mesmo. No Brasil o termo “sistema produtivo”, apesar de ser utilizado pela própria organização de agricultura familiar, é mais usado e comum no meio industrial. Isso acontece também porque o termo ganhou notoriedade e uso corrente partindo da organização de base tecnológica e racional da qual foi protagonista a grande indústria, de maneira pioneira com o sistema fordista. (Altieri, 2004). Pela ótica do chamado agronegócio brasileiro só haveria um sistema produtivo viável do ponto de vista do mercado. Por sua vez, para os herdeiros dos movimentos sociais da década de sessenta todo o problema da alternatividade produtiva se resolveria com a Reforma Agrária. Abramovay (2011), também Veiga (1991) demonstram como a agricultura capitalista no Brasil, desde o último quartel do século passado, começa a se apoiar numa organização do trabalho e empresarial com relevância e protagonismo da organização familiar da produção, ou “agricultura familiar” juntamente com as grandes corporações produtivas.

A revalorização de experiências democráticas orientadoras de novas institucionalidade acontecem no Brasil após a Constituição de 1988 ressignificando e dando visibilidade para “agricultura familiar”, que se torna política de Estado. O termo “agricultura familiar”, existe em Portugal para designar a condição de organização produtiva de base agrícola, não tendo o mesmo significado e impacto que no Brasil. Em Portugal o termo, conforme observa Carmo (2010), visa mais diferenciar o norte e o Sul daquele país. De um lado o conceito de agricultura familiar só faria sentido para definir e diferenciar as populações de matriz camponesas do Norte, em oposição aquelas ligadas ao patronato e ao modelo mediterrânico do Sul, e homogeneizado como no caso o “Alentejo” (“ou tudo o que fica para além – depois- do Tejo”). Tal o esquema de tipificação dualista que neste caso generaliza e simplifica, sem especificar.

A aproximação entre as duas realidades, brasileira e portuguesa, acontece pela ótica dos vetores de semelhança da agricultura convencional e por modelos de “alternatividade produtiva” em cada um destes países. Pela ótica do produto, da organização do trabalho, do uso e manuseio do solo. Valoriza, sobretudo, o potencial de subjetividade do sujeito social, com privilégio do consumidor como agente dotado do potencial de “escolha” e seleção. A evocação do consumidor como produtor que age na concepção da

produção – o que e como produzir – e que assim sendo determina o consumo, abre um flanco na economia política clássica, conforme os clássicos estudos de (Polanyi, 2000). Tanto a realidade brasileira, quanto portuguesa o termo “alternidade produtiva”, evoca a figura do agente produtivo como “produtor – consumidor”, sujeito ativo que faz escolhas. Alternatividade que se radicaliza contrariando a economia clássica no momento em que há opção de consumo diferenciado alicerçado em fatores qualitativos e subjetivos, como por exemplo pagar mais caro por determinado produto carregado de significados (livre de veneno, que garanta a justa remuneração do trabalho, promova a preservação ambiental) Podendo também envolver opções de acesso a bens e serviços comunitários e públicos (estrada asfaltada ou alcatroada como se diz em Portugal, sistema de fornecimento de energia elétrica), em favor de valores vitais como o contato com a natureza, ou sociais como convivência comunitária no meio rural.

O QUE O AZEITE PORTUGUÊS TEM EM COMUM COM O AÇÚCAR E O ETANOL BRASILEIRO?

O capitalismo português passou por rápida aceleração nos anos cinquenta. No Alentejo o impacto foi maior que noutras partes do país, região com baixa densidade populacional e grandes extensões territoriais além de concentração fundiária do tipo “grandes herdades”. A agricultura portuguesa teve fases de solavanco de modernização, compreendendo período que vai do final da Segunda Guerra até a entrada do país na Comunidade europeia em 1986, conforme Avillez (et al., 2015). O histórico do desenvolvimento do Alentejo se vincula ao assalariamento agrícola. As conhecidas “campanhas do trigo”⁷ consolidaram a “vocação” desta vasta extensão territorial que compõe toda à chamada margem sul do Rio Tejo⁸, principalmente aquelas zonas mais ao sul.

- 7 As chamadas “campanhas do Trigo”, foram políticas do estado português para quem plantasse trigo em terrenos vocacionados e adaptáveis, particularmente no Alentejo. Uma série de regalias e favorecimentos que resultariam nas primeiras iniciativas de dizimação de florestas de montado, principalmente no sul do Alentejo onde os terrenos são mais planos. Lançada em 1929 e tendo apresentado resultados rápidos como a autossuficiência de trigo e a produção de excedentes. Em 1932 a iniciativa apresentava a primeira crise já que houve um desgaste rápido dos solos, aliado a crescente viabilidade da política de exportação do trigo.
- 8 Faz-se aqui a diferença terminológica, de uso corrente em Portugal, entre “margem sul do rio Tejo”, de “margem sul do Tejo”, este último comumente usados para designar a área metropolitana de Lisboa de histórico operário e tradição sindical

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
 Ricardo Luiz Sapia de Campos



Com a entrada na União Europeia, fatores e organizações socioeconômicas consideradas suplantadas foram reavivadas sob a égide de uma nova roupagem institucional financiada com recursos públicos. Foi o caso da chamada cultura do pastoreio historicamente presente no território alentejano (Campos, 2022). Foi um alento para o Alentejo já que uma porção considerável, principalmente do norte do território, que possui terrenos rochosos e terra pouco fértil, foram revalorizados. Ainda assim os latifúndios se preservaram dentro de um modelo produtivo que favorece a concentração, mesmo considerando que a o pastoreio, ou mesmo a indústria da carne do Alentejo (Campos et al., 2022) guarda diferenças estruturantes com relação a chamada indústria do azeite. No período o Alentejo apresentou baixa fragmentação fundiária, acelerando um modelo de desenvolvimento de concentração de capital e de produção de larga escala.

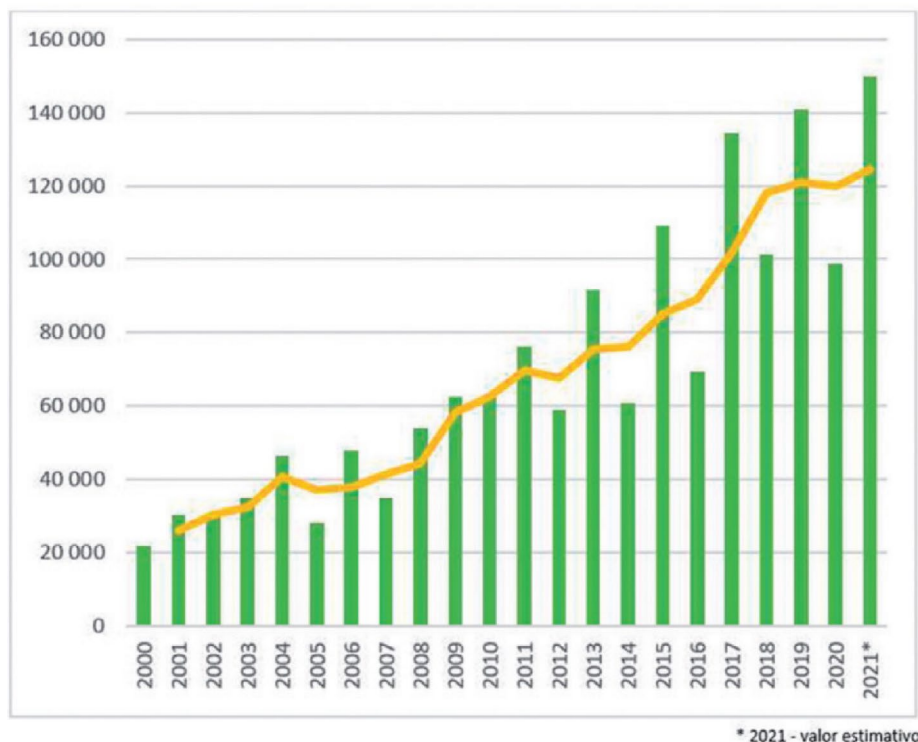
Dentre todos estes modelos de produção em larga escala, o caso do azeite, ou dos chamados “olivais superintensivos”⁹, é o mais impactante e emblemático atualmente no sul de Portugal, apesar dos territórios com plantações de amendoais terem crescido nos últimos anos. Conforme aponta Barata (2025) Os amendoais se intensificaram no território principalmente a partir de 2015. A produção, sempre intensiva e superintensiva, passou no Alentejo de 25 para 50 mil hectares plantados. Cerca de metade, ou 42 % do território alentejano é composto por culturas de olivais intensivos ou superintensivos. (Almeida, 2020). Os olivais superintensivos demandam pouca mão-de-obra, já que são mais bem adaptados a tecnologia das máquinas agrícolas. O investimento inicial é alto sendo majoritariamente direcionado para tecnologias de precisão como maquinários e logística, e economia de escala. Os dados extraídos de comentários referentes ao ano de 2015, ano a partir do qual o país intensifica a plantação de oliveiras e a produção de azeite, denotando impulso do crescimento da agricultura alentejana focada sobretudo na produção azeiteira.

9 Em Portugal, existe pelo menos três maneiras ainda vigentes de produção de azeitonas. A produção tradicional da planta autóctone se faz com espaçamento entre árvores, e nos terrenos planos do Alentejo com cerca de duzentas plantas por hectare; os chamados “olivais intensivos” em que como o próprio nome faz referência intensificou a produção autóctone, marcada, principalmente com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia e os incentivos do PAC – Políticas Agrícolas Comuns da Comunidade Europeia, são cerca de 800 plantas por hectare; e, nos atuais olivais superintensivos (ou intensificando a produção intensiva) cerca de 1200 plantas por hectare.

Em 2015, Portugal conseguiu a maior produção de azeite das últimas décadas, atingindo as 106 mil toneladas. Só recuando a 1961 podemos encontrar níveis de produção semelhantes. Entre 2009 e 2016, as nossas exportações de azeite quase triplicaram. O Alentejo é a região do País onde o olival mais tem crescido. A tendência de crescimento poderá continuar em alta, pois muitos hectares que foram plantados recentemente irão começar a dar fruto nos próximos dois a três anos. O maior operador português deste setor é a Sovena, uma empresa do grupo Jorge de Mello e proprietária do Oliveira da Serra, que tem produção em Portugal, com mais de 9 mil hectares plantados, em Espanha (1 500 ha) e Marrocos (mil ha). Tem ainda lagares nestes três países e é um dos maiores produtores de azeite do mundo. (Santos, 2017)

A intensificação da produção deve-se a aceitação distintiva do “azeite português” para o mercado externo. Portugal tem despontado no mundo como dos principais produtores de azeite, “vocação” referenciada que tem sido aproveitada por empresas e fundos de investimento no mercado internacional. A campanha de 2021/2022 resultou em aumento da ordem de 119,5%, com uma produção recorde na história do país: 215,260 milhões de toneladas. (Andrade, 2022). O país já é o 6  produtor mundial de azeite, atrás apenas da Espanha, Grécia, Tunísia, Itália e Marrocos. Empresas, estrangeiras, muitas espanholas, compram terras para plantio de oliveiras no Alentejo como fundo imobiliário que se mantem no anonimato. Estima-se que a produção real de azeite em Portugal   encoberta pela prática de empresas estrangeiras envasarem no seu país o azeite produzido em Portugal. (Campos e Pires, 2021). No final de 2004, o caso da “Herdade da Zambujeira” de 700 hectares ganhou destaque na imprensa nacional, indicando o perfil do novo investidor da região. A herdade pertencente ao conhecido grupo *Agrihold* das famílias *Martinavarro* e *Bellester*, produtora de azeite, amêndoas e tangerina, foi adquirida pela *Farm Land* ligada   Igreja dos M rmons.

Figura 1
Produção nacional de azeite, em toneladas, entre 2000 e 2020 (INE)



* 2021 - valor estimado

Nota. Voz do Campo: Revista do setor Agrário, 2021.

A exploração agrícola intensiva tem promovido degradação ambiental, impacto sobre a paisagem contaminação de rios, mananciais e represas, dentre tantos outros. São efeitos negativos, ou então “externalidades” termo usado muitas vezes para minimizar o fato de que estes impactos são inerentes ao próprio modelo de desenvolvimento Perda de diversidade natural e de matéria orgânica ligada a erosão do solo e contaminação das águas e mananciais por empresas agrícolas que jogam dejetos em riachos¹⁰. A intensificação deste modelo de exploração agrícola alterou profundamente a paisagem rural

10 No transcurso do trabalho de campo realizado anos atrás, ouvi depoimentos de informantes anônimos que apontavam casos de proprietários de terras que recebiam informalmente, somas em dinheiro pago por empresas agrícolas, para permitir o despejo de dejetos, ou rejeitos, alguns com altos índices de produtos químicos, em suas barragens – açudes. A solução visava burlar a fiscalização e resolver de maneira “privada” um problema público, já que os altos índices de contaminação dos dejetos seriam facilmente identificáveis e passíveis de multas pelos organismos públicos.

alentejana rapidamente afetada com um modelo de desenvolvimento que alia concentração fundiária, capital e investimento. A destruição da sociabilidade local é marcante também pela rapidez com que estas transformações têm acontecido. Cada vez mais o Alentejo tem gravitado entorno de elementos folclóricos e nostálgicos de um passado distante e “glorioso” das ceifeiras, do cante alentejano e das corridas de touros. Evocação que desloca para o campo da tradição os elementos da sociabilidade contemporânea. O Alentejo contemporâneo, para além da preservação de paisagens com muros de pedras, agricultura de montado, chocalhos, vinho da talha, tem uma condição material “emergente, insurgente e urgente” em torno do assalariamento agrícola das populações de imigrantes. Trabalhadores precarizados, alguns ilegais, outros não, mas todos sujeitos a trabalhos de baixa remuneração e alta exploração, exercendo atividades sujas e de baixa qualificação, valorizados pela chamada “hipocrisia europeia” (Campos, 2021).

A produção intensiva de azeite no Alentejo é comparável, pontualmente, ao setor sucroenergético no Brasil, mais conhecido como “setor sucroenergético”. O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar e etanol, e o maior exportador absoluto destes dois produtos, sendo que só o Estado de São Paulo é responsável por cerca de 50% da produção nacional. (Angelo et ál., 2021). O setor sucroenergético, impulsionado na década de 70 do século passado, foi uma resposta dos chamados “governos militares”, atuando na criação do PROALCOOL em 1975, como alternativa a produção energética frente ao aumento do preço do petróleo.

O setor canavieiro passou por rápido processo de modernização e internacionalização, principalmente com a intensificação da exportação de etanol e do açúcar, na primeira década deste século. O açúcar e o álcool combustível juntamente com a soja, são dos principais pilares de sustentação do chamado agronegócio brasileiro, representando desde 2021 o maior volume de exportação. Têm um peso absoluto e isolado de cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com a taxa mais elevada de empregabilidade na agricultura e o envolvimento de aproximadamente cem mil produtores, já que parte das terras são em sistema de arrendamento, considerando pequenos, médios e grandes proprietários. (Girardi, 2020) Na condição de maior produtor mundial de etanol, concorrendo apenas com os Estados Unidos, que produzem o combustível a partir do milho, o Brasil desponta

como líder no setor. Juntos, açúcar e álcool combustível são responsáveis por 20% da produção mundial. (Girardi et ál., 2020).

O maior Estado brasileiro produtor de cana de açúcar é o Estado de São Paulo. O eixo de imigração do Século XIX com a abertura das antigas fronteiras agrícolas do café estão hoje ocupados com 70% da produção nacional de cana-de-açúcar. A sociabilidade e o cotidiano dos pequenos municípios paulistas, giram em torno da produção canavieira. Um modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda que passou a ser propagado como “sustentável e “viável”. Conforme apontam Garofalo et ál. (2020).

A cana-de-açúcar é o sexto produto que mais contribuiu com o valor bruto da produção (VBP) do agronegócio brasileiro; respondendo por 7,4% dos R\$ 614 bilhões gerados em 2018 (Confederação Nacional da Agricultura, 2019). Para isto, teve uma área colhida de 10,04 milhões de hectares em 2018, atrás apenas da soja e do milho, com 34,8 e 16,1 milhões de hectares colhidos, respectivamente (IBGE, 2019). (...) A região Sudeste é a maior produtora de cana-de-açúcar brasileira, respondendo por 68 % de toda a área canavieira na safra 2018 (IBGE, 2019). Ela também apresenta o maior número de unidades agroindustriais, 198 das 361 operando em 2019 (Brasil, 2019), indicando a importância econômica desta cultura para a região em termos de empregos, impostos gerados e ocupação de área. (...) O estado de São Paulo, maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil e do mundo, apresentou uma produção de 433,1 milhões de toneladas no ano de 2018, correspondente a 58% da produção nacional (IBGE, 2019), em uma área cultivada de 5,7 milhões de hectares, que correspondem a aproximadamente 22,4 % da área do estado. Este elevado volume de colmos é processado em cerca de 156 unidades agroindustriais em operação, de um total de 162 cadastradas junto ao Mapa (Brasil, 2019), demonstrando a relevância da cultura para a economia paulista. (pp. 07, 19-20)

O setor canavieiro é concentrador da produção, não tanto das propriedades, já que parte das terras plantadas em cana-de-açúcar são fornecedores de cana para as usinas na forma de arrendamento. O chamado mar de cana, ligado ao grande complexo sucroenergético atualmente, depois de desmatarem e abrirem fronteiras, principalmente nas décadas de 80 e 90 do século passado, despontam como guardiões do meio ambiente. Dentro do rastro de destruição deixado pela abertura de terras o modelo produtivo de *plantation* provoca grande impacto ambiental, causados pela produção monocultora como a destruição de mananciais, matas nativas etc. Ainda que

buscando caminhar no estrito limite da lei são resilientes na implementação da área de preservação conforme reza o código florestal, e, as consequências da chamada pulverização aérea de agrotóxicos contaminando mananciais e plantas, e provocando a mortalidade de abelhas. Nestes pequenos municípios habitam principalmente os funcionários das usinas, comerciantes locais, outros ligados ao setor de serviço, funcionários públicos, na sua maioria municipais, e, não raro os proprietários das usinas; também os proprietários (pequenos, médios e grandes) de terra, que figuram institucionalmente como “agricultores”, mas que vivem da renda da terra arrendando suas propriedades para as usinas plantarem cana-de-açúcar. Vivem exclusivamente ou como complementação de renda, no caso dos pequenos agricultores, do arrendamento pago pelas usinas para o uso da terra. Este quadro que já se delineava no final do século passado, a partir, principalmente da criação do Proálcool em 1975, se consolida com a introdução do carro *flexfuel*, e pela aceitação do açúcar para o mercado externo. As usinas desde os anos 2000 tem preferido o arrendamento a compra, já que neste segundo caso trata-se de investimento de curto prazo. Estes “agricultores” (rendeiros), muitos dos quais herdeiros de glebas de terra herdadas na maioria dos casos de pais e avós, sequer sabem identificar onde ficam suas propriedades. Estão registrados como agricultores-produtores, porém suas atividades como tais se limitam a discutir contratos de arrendamento, e quando muito frequentar festas patrocinadas por empresas de revenda de máquinas agrícolas.

A imagem abaixo ilustra um pequeno pasto, pertencente a uma propriedade de sete hectares, que produz leite e derivados, em contraste com o plantio de cana-de-açúcar em sistema de arrendamento, e ao fundo se vê algumas ilhas de reserva de preservação ambiental. Apesar dos sete hectares compor produção onde parte (cerca de 40%) está em sistema de arrendamento de terras para usina de processamento de açúcar e álcool, os outros 60% se dividem em pastagem, forrageiro para produção de alimentação para o gado, e, áreas de reserva legal consolidada. No município em que está a propriedade, encontramos 62 casos a título de amostragem, já que se acredita existir mais umas duas dúzias deles, que tem produção “paralela ou complementar” a economia dominante da cana-de-açúcar. Dos 62 casos em questão, 57 deles, juntamente com a alternatividade produtiva, auferiam parcela da renda, sem definirem serem a maior ou menor proporção, do sistema de arrendamento de cana-de-açúcar.

Figura 2 O “mix produtivo” do interior paulista



Nota. Foto do autor, 2023.

A percepção geral é que houve melhora, já que a substituição do tipo de trabalho e sociabilidade é indicativa de “progresso”. O assalariamento substitui os pequenos negócios, os postos de trabalho criado são eliminadores do saber do tipo *savoir-faire*, e potencializadores de atividades repetitivas de baixa qualificação e fácil treinamento. Os proprietários de terras intensificam o sistema de arrendamento e fornecimento, produzindo uma nova sociabilidade. O perfil majoritário é de arrendatários de terras que arriscam parte da atividade. Na EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural de Catanduva:

O arrendamento para a cana é atualmente a sua principal fonte de renda, mas o proprietário se ocupa de outras atividades, como criação de animais em pequena quantidade (galinhas, porcos e três vacas leiteiras), tudo para subsistência. Plantou algumas dezenas de mudas de seringueira próximas à casa, acompanhando a perspectiva regional deste cultivo. Também possui

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos



uma pequena oficina de marcenaria e sabe fazer um tipo de “fogão portátil” de tijolo, que costuma presentear ou vender. Não há nenhum funcionário no sítio, pois o proprietário encontrou muitas dificuldades para pagamento e cumprimento dos direitos trabalhistas (Ficarelli e Ribeiro, 2010, p. 57)

Entre os anos de 2003 até 2011 foi um período de intensa expansão do setor sucroalcooleiro, porém, de baixa internacionalização, já que as exportações se intensificariam depois de 2013, (Girardi et ál., 2020). Neste mesmo período só no Estado de São Paulo que representava na época 44% da produção nacional, houve diminuição do rebanho bovino da ordem de -28%, Produção leiteira -10%; outras lavouras que não a cana-de-açúcar: -27%. Isso acontece no mesmo período que os negócios familiares alternativos ao setor sucroenergético diminuem. Indicando atração de incentivo logístico e investimentos voltados para a monocultura canavieira, sendo que grande parte para o sistema de arrendamento de terras. O valor da terra no mesmo período sobe numa média de 52,4%. Há diminuição de salários com incentivos as qualificações para operação de máquinas agrícolas, setor logístico e de gestão, frente a diminuição, para não dizer extinção, de atividades manuais ligadas a pequena produção. Ainda neste período, entre 2003-2011 nos municípios que foram instaladas novas usinas de açúcar e álcool, o PIB subiu em média 118%; naqueles municípios paulistas em que houve aumento da área plantada em cana-de-açúcar, porém, não havendo instalação de novas usinas de processamento, o aumento do PIB foi de cerca de 54%. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) manteve-se quase inalterado, e, a distribuição de riqueza continuou concentrada, havendo uma gritante desproporção entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Se o Proálcool foi a resposta do Brasil a alta do preço do petróleo na década de setenta do século passado, o setor sucroalcooleiro, foi a resposta que o país deu para o mundo, evocando as alterações do perfil das fontes energéticas renováveis aos acordos climáticos. (Safatle, 2011). O Brasil colocou em prática políticas voltadas para o setor sucroalcooleiro, como exemplos: Política Nacional dos Biocombustíveis, RenovaBio, Programa Nacional de Produção e uso de biodiesel, Programa Combustível do futuro, dentre outras políticas de governança de Estado visando enfrentar os desafios sugeridos pela “Governança Climática Global. (Correa, 2023). Lembrando sempre do contínuo apoio financeiro do BNDS para o setor das fontes energéticas

renováveis. A política nacional tinha como meta principal às oportunidades para o desenvolvimento econômico doméstico, seguindo o caminho aberto pela chamada “economia verde”. O setor sucroalcooleiro como estruturante desta nova faceta energético/produtiva propugnada como “sustentável” parece indicar uma outra faceta perversa do desenvolvimento: monocultura, degradação ambiental, desgaste de solos, concentração fundiária, e extinção de comunidades rurais, nomeadamente em assentamentos de Reforma Agrária, conforme descrito Por [Ferrante et ál. \(2008\)](#), no interior do estado de São Paulo.

A POTÊNCIA DA ALTERNATIVIDADE EM DOIS CONTINENTES

Em Portugal, o processo de degradação ambiental favorecendo a concentração de renda e o trabalho precário, começa, conforme pondera [Machado \(2019, p.0\)](#), com a erradicação do montado. O processo foi mais intenso nas terras férteis e mecanizáveis em que as antigas campanhas do trigo haviam aniquilado sobreiros, azinheiras e oliveais tradicionais¹¹. O padrão de erradicação do montado para o plantio intensivo é uma prática constante e comum, que tem início com o processo de mecanização da agricultura em meados do século passado e que segue. A foto abaixo retrata um processo recente de dois anos (2020) no alto Alentejo:

11 A árvore é símbolo de beleza, longevidade e fortuna, tornando-se símbolo de status e distinção. Por isso tanta gente quer ter uma no seu jardim. As oliveiras erradicadas dos oliveais tradicionais são vendidas para o mundo todo. O valor pago ao proprietário da árvore gira em torno dos quinhentos euros, chegando para os compradores dentro de Portugal a mais um mil euros, dois a três mil no norte da Itália, cinco mil euros em Bombaim ou em Tokio. Uma das mais antigas oliveiras catalogadas em território português, apesar de não ser a única, fica nos arredores de Lisboa, em Santa Iria da Azóia no conselho de Loures. Considera-se que a árvore tenha cerca de 2.850 anos, dois mil e oitocentos anos. Em Pedras d’ El Rey em Tavira existe outra com cerca de 2.200 anos, dentre outras que estão sendo catalogadas espalhadas pelo país.

Figura 3

Olival intensivo recém plantado em terrenos de Montado



Nota. Foto do autor, 2022

O sistema mediterrânico de Montado, conforme aponta **Fonseca (2008)** remota a Revolução Agrícola, passando pelo período medieval de maneira quase intocável. Tratando-se de sistema adaptado ao longo do tempo às necessidades humanas de produção de alimentos e de convívio ambiental, quando a produção de energia era escassa. Assim o sistema agro-silvo-pastoril, foi se adaptando ou sendo adaptado para responder necessidades humanas. Se estabeleceu, portanto, uma relação simbiótica primária entre sociedade e natureza. Sendo assim, fatores socioeconômicos, e, portanto, ecológicos se relacionam na criação de um sistema de grande riqueza biológica e ambiental. Árvores autóctones como a azinheira e o sobreiro, carvalhos e castanheiros, compõem um mosaico com espécies já elementares da cultura

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos



Revista Perspectivas Rurales by Universidad Nacional is licensed under a Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional License.
 Creado a partir de la obra en <http://revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales>.

humana. A própria oliveira, dentre outras plantas perenes de pastagem, trigo, cevada, que conservam até hoje práticas absolutamente desconectadas com o desenvolvimento da agricultura, como o sistema de pousio, em que se prevê que “nos anos piores”, como de estiagem e mal tempo, determinadas partes do montado permaneçam em pousio (descanso) para se regenerar e voltar a ser produtivas nos chamados “anos bons”. (Fonseca, 2008).

O montado sobreviveu na bacia do mediterrâneo, particularmente na península Ibérica, dado o caráter tardio de Portugal frente ao desenvolvimento do capitalismo. Conforme aponta Smil (2021), o pousio de até 50% da terra era uma prática comum na Europa até muito recentemente. O sul da Europa, nomeadamente Portugal é um destes cantos da Europa que conservou este sistema. Sistema agrícola antigo que relaciona com a dinâmica de valorização do capitalismo contemporâneo, como é o caso recente da indústria da cortiça, do azeite e da carne no Alentejo.

Figura 4

Montado de baixa densidade em pousio



Nota. Foto do autor, 2022.

Com a entrada de Portugal na União Europeia em 1985 as políticas de preservação do Montado como sistema agrícola e paisagem são intensificadas, passando a compor o cabedal de políticas públicas financiadas com fundos europeus. Paulatinamente o território desenvolveu práticas agrícolas com atividades rentáveis. Nos terrenos mais acidentados e pobres do norte alentejano, onde as pequenas hortas e criação de animais conviviam com sistemas tradicionais de trato de oliveiras se desenvolveu com mais veemência a produção de cortiça e a indústria da carne (Campos et ál., 2022). Nos territórios mais ao sul da região, os amendoais e os olivais intensivos (Campos et ál., 2021).

Abaixo a imagem de uma pequena produção de carne de borrego e azeite em sistema de tradicional no Alto Alentejo. Trata-se de atividade complementar, uma vez que os proprietários são “agricultores de final de semana”. São professor e funcionária pública que nos finais de semana seguem para a atividade de “agricultores *part-time*” em que a produção tem caráter complementar de renda e consumo doméstico.

Figura 5
“Pastejo com olival tradicional no Alto Alentejo



Nota. Foto do autor, 2022.

A imagem se refere a um produtor de carne e azeite que criam gado em sistema de pasto conjugado com os olivais tradicionais. Atividade praticada normalmente por aposentados e agricultores par time e que integram pela via do de práticas agrícolas antigas o cabedal genérico da alternativa produtiva.

Os casos de agricultura alternativa em Portugal têm maior intercorrência na prática de “agricultura biológica correspondendo ao que no Brasil conhecemos como “agricultura orgânica. Dentre os fatores que influenciam esta demarcação no contexto europeu a pauta da segurança alimentar é mais rígida. Cito dois exemplos pontuais cujas experiências são de conhecimento público: O da “Herdade do Freixo do Meio”, uma exploração em comodato familiar que gere 440 hectares de terra, desde 1996 em sistema agroecológico, produzindo alimentos e gerando convivência de agricultura alternativa em torno da paisagem, do ecossistema do montado e da cultura alimentar. (Campos, 2016). E o Projeto Terra Sintrópica: agricultura e regeneração em contexto semiárido, uma associação sem fins lucrativos com sede em Mértola, envolvendo milhares de pessoas em torno de processos agroecológicos que também vão muito além da produção de alimentos; a CARES – Centro de Agroecologia e Regeneração para o semiárido. Projetos de pastagem regenerativa, como exemplo um que tem ganhado destaque tocado pelo Centro de Investigação e Biodiversidade em Recursos Genéticos da Universidade do Porto, mas que tem o território alentejano como principal campo de aplicação e experimentação.

No Brasil, os casos também se multiplicam, limitando-me a exemplificar aqui apenas aqueles que estudei. A Feira da ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica de Goiânia, juntamente com as dezenas de experiências produtivas em torno da agricultura orgânica que associação congrega. (Campos, 2024), e no interior paulista as ações e experiências de agricultores em torno da COAGROSOL – Cooperativa dos agropecuaristas solidários de Itápolis congregando ações em torno da agricultura familiar e do Comercio Justo, e a Cooperativa ANNONA também de Itápolis, como a primeira, congregando ações em torno da produção orgânica e com mais de uma centena de agricultores filiados.

Desde 2013, o Programa de Aceleração da Economia – PAC da União Europeia, radicalizou as políticas públicas focadas nas comunidades rurais. Processo acelerado entre o período de 2004 – 2019, (Santos e Silva, 2022)

focando a preservação da paisagem (donde se inclui ambiente ou “meio ambiente), em detrimentos, das políticas públicas e financiamentos diretos na produção e alimentos. Mesmo assim, as políticas incentivadas pelo PAC com foco nas comunidades rurais (jovem agricultor, preservação da paisagem, dentre outras) são utilizadas positivamente para a produção de alimentos. A indústria da carne no Alentejo é exemplar. Mesmo considerando que o norte da região alentejana seja uma paisagem de pasto, e, havendo um mercado interno para o consumo de ovinos, a maior parte da carne consumida internamente é proveniente de outros países, sobretudo Grécia e Reino Unido. Isso porque o custo de produção em sistema de confinamento e com legislação interna mais flexível, permite um custo de produção mais baixo. A carne de borrego e bovinos produzidos no Alentejo fornece, sobretudo, o mercado do Oriente Médio, com destaque para a Arabia Saudita e Israel que pagam mais caro pela carne produzida em sistema de pastagem a céu aberto. (Campos et al., 2022)

No Brasil, após a Constituinte de 88 o protagonismo dos movimentos sociais no campo fora decisivo para a agenda da segurança alimentar. Processo de reconhecimento da construção de novas pautas e agendas da sociedade civil via movimentos sociais, a agenda de políticas públicas voltadas para segurança e soberania alimentar. O MST é exemplo deste processo de construção e reconhecimento da luta dos movimentos sociais que influenciaram decisivamente as políticas de segurança alimentar. Juntamente com o movimento sindical e outros movimentos sociais que passam a ter visibilidade e reconhecimento político a partir principalmente da década de oitenta do século passado, são construtores de demandas e agenda voltada para as pautas da segurança e soberania alimentar. A agenda agroecológica ganha destaque como alternativa à agricultura convencional, pautando temas como o uso abusivo e os malefícios do uso de venenos ou agrotóxicos, que a agricultura convencional gosta de denominar “defensivos agrícolas”. Tema que ganhou visibilidade no Brasil, vide o conceito de “colonialismo químico” (Bombardi, 2017) em alusão a “dependência” do país, propagando muitos dos agrotóxicos proibidos nos EUA e principalmente na Europa. No Brasil, cerca de 37 marcas de agrotóxicos registrados tendo ampla circulação e uso, são proibidos na Europa; quando se considera os ingredientes ativos destes produtos este número sobe para 475, o que representa porcentagem de 44% dos “venenos” vendidos no Brasil, e que são proibidos na Europa.

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos



Dos agrotóxicos usados no Brasil atualmente, 32,8% são considerados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), “extremamente tóxicos a saúde”, e, 52% “altamente perigosos ao meio ambiente”, ou então “muito perigosos ao meio ambiente”. (Deutsche Welle, 2022).

Portugal possibilita escolhas subjetivas com maior igualdade objetiva, se comparado com o Brasil. Europa e Portugal praticam políticas públicas de aquisição de imóveis em segunda habitação, por exemplo, voltados para o povoamento do território, fluência de paisagem. No Brasil existe maior dificuldade em viabilizar projetos de habitar o meio rural, por exemplo, já que o país privilegia como local de produção de alimentos (Graziano e Navarro et ál., 2015). A sociabilidade, logística, serviços, e tudo mais privilegia s centro urbanos. Em Portugal o esvaziamento do meio rural como local de produção de alimentos foi melhor substituído pelas políticas para “segunda habitação”, o que muitas vezes resultou no esvaziamento de aldeias e vilas, mas não do desaparecimento delas, e menos ainda no inchaço populacional. No Brasil os chamados municípios rurais das regiões canavieiras sofreram crescimento desordenado com a rápida mecanização da agricultura e o assalariamento agrícola. Os chamados de “municípios ricos do agronegócio” guardam uma relação de afastamento e alienação com relação ao meio rural, apesar de pautados pela nova agenda produtiva. Os funcionários assalariados das grandes usinas de processamento de açúcar e álcool são gestores logísticos, operadores de grandes máquinas agrícolas, somando-se as atividades de baixa qualificação como catadores de pedaços, setor de limpeza e manutenção. (Andrade, 1994)

O crescimento dos chamados “novos mercados” privilegia fatores como paisagem, habitação ou mesmo consumo alternativo de alimentos. Em menos de uma década, o número de unidades de produção orgânica no Brasil cresceu 300% (Mapa, 2019). Dos cerca de 75 milhões de hectares cultivados com orgânicos, no Brasil são cerca de 1,3 milhão de hectares, ou 0,5% da terra considerada agricultável. (Mapa 2019). A singularidade do caso brasileiro é a luta dos povos indígenas e tradicionais que ganharam protagonismo, principalmente nas últimas décadas, desempenhando papel fundamental na construção de agendas combativas ao agronegócio, somado ao modelo de desenvolvimento territorial na forma de empresa agrícola, com recortes bastante diferentes nas diversas regiões do país. (Sabourian 2009).

Figura 6
Evolução da Produção orgânica no Brasil



Nota. Câmara dos Deputados, 2021.

APONTAMENTOS FINAIS: O CONSUMIDOR COMO ATOR/AGENTE SOCIAL

A “escolha”, também de consumo, é um ato produtivo em que o sujeito reúne a condição de produtor e consumidor. (Gorz, 2010) (Lazzarato e Negri, 2001). O consumidor determina, ou então influencia a produção, assim como o produtor que no próprio ato da produção faz escolhas morais e éticas que o vinculam a uma “comunidade de consumo”, neste caso, alternativo. O consumidor é portador de ação que constrói mercados (Abramovay, 2004). Portanto, agricultura alternativa se vincula ao consumo alternativo em comunidades como: agricultura biodinâmica, sintrópica, agroflorestal, agroecologia, ecogastronomia¹², produção orgânica, *fair trade*, organizações como o movimento *slow food*, Terra Madre ou Arca do gosto, ou mesmo outras mais ligadas às técnicas de produção como sistema mandala¹³, permacultura¹⁴, etc.

- 12 Movimento que prega o uso de alimentos saudáveis, produzidos de maneira sustentável e sem uso de agrotóxicos ou mesmo conservantes químicos. Valoriza sabores e saberes locais via preservação e conscientização ambiental, biodiversidade e responsabilidade social.
- 13 Trata-se de sistema de produção sustentável e com pouca necessidade de energia. Produção em círculos concêntricos tendo na base o reservatório de água donde são criados peixes. A partir deste centro se distribui a água e irriga as diversas e combinadas culturas produzidas em círculo por vários motivos além da irrigação também a construção de barreiras naturais que impede o dificulta a permeabilidade de pragas favorecendo o controle biológico.
- 14 Trata-se de sistema de produção agrícola criada por ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren na década de setenta. A ideia básica é trabalhar com a natureza se aproveitando desta força sem contrariar. Trata-se dum sistema holístico de produção agrícola. É sustentável e economicamente viável trabalhando com três princípios básicos: o cuidado com a terra, com as pessoas e a partilha de excedentes.

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos



As possibilidades de escolhas são de fato diferentes entre os dois países considerando sempre classe e nível de renda dentre outros fatores de acesso e mercados. Todavia, o poder de ação em si não faz distinção de classe, o que distingue é a condição material de existência em cada um dos dois países. A condição material quando rompe com a dependência e a sujeição objetiva, no caso da alimentação, de nutrientes, por exemplo, abre possibilidades de escolhas. Agricultura alternativa é ação (ato) permeada por significados e saberes que repropõe o método (sistema) de produção é qualidade dos produtos. Valoriza elementos vitais e sensitivos como gosto, sabor, etc. O conceito de ato-agrário¹⁵ do Movimento *Slow Food* parece providencial para defini-la.

O **consumidor** orienta o mercado e a produção com suas escolhas e, aumentando sua consciência sobre estes processos, ele ou ela assumem um novo papel. O consumo se torna parte do ato produtivo e o consumidor se torna então um **coprodutor**. O **produtor** exerce um papel importante no processo, trabalhando para alcançar a qualidade, tornando sua experiência disponível e acolhendo os conhecimentos e saber-fazer dos outros. O esforço deve ser comum e deve ser feito com a mesma consciência e espírito interdisciplinar, como a ciência da gastronomia. Cada um de nós é chamado a praticar e disseminar um novo, mais preciso e ao mesmo tempo mais amplo conceito de qualidade do alimento, baseado em três pré-requisitos básicos e interconectados. A qualidade do alimento deve ser: bom, limpo e justo. (*Slow Food*, 2016, párr. 5-8)

A lógica da exploração irresponsável dos recursos naturais é inerente ao modelo de desenvolvimento extrativista presente tanto no Brasil quanto em Portugal, guardadas as diferenças, referentes, ao controle democrático e social em cada um destes países. Diferença que compõem o cabedal de possibilidades do desenvolvimento do capitalismo agrário, conforme descritos por *Abramovay* (2004). A potência de alternatividade valorizando a escolha como fator preponderante da construção de uma sociedade mais democrática e participativa acontece tanto no Brasil quanto em Portugal. Interessantemente as ações neste sentido se multiplicam, porém são mais radicalizadas no Brasil donde as desigualdades estão mais estruturadas.

15 Ato que congrega a figura do produtor e do consumidor com forte potencial de subjetividade atinente a escolha. Para o movimento *Slow food* comer de maneira limpa, justa e com sabor (bom) é um ato produtivo em si. O termo é atribuído ao poeta agricultor norte americano Wendel *Berry* que aponta que “comer é um ato-agrário”, pois produzir alimentos é uma prática cheia de significados e deve ser considerado um ato gastronômico.

O recém assinado acordo comercial entre União Europeia e o Mercosul tendo o Brasil como protagonista, revela, por um lado, a importância da construção de uma corporação mais ampla de livre comércio. A resistência da França, e mais propriamente dos agricultores franceses em aceitar os termos do acordo. Se por um lado revelam iniciativas de protecionismo de mercado, por outro se deve observar a animosidade reveladora da própria Europa, ainda que neste caso da França, contra a própria União Europeia, pautando temas acerca da qualidade dos alimentos e da segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2004). Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, SP, USP, 16* (2), 35-64.
- Abramovay, R. (2011). *Os Paradigmas do Desenvolvimento Agrário em Questão*. Edusp.
- Almeida, M. A. (2020) The use of rural areas in Portugal: Historical perspective and the new trends. *Revista Galega de Economía, 29* (2), 1-19. <https://doi.org/10.15304/rge.29.2.6750>
- Altieri, M. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. UFRGS.
- Andrade, M. C. (1994). *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Andrade, V. (2022). Portugal já é o 6 maior produtor mundial de azeite. *Jornal Expresso: Economia*. <https://expresso.pt/economia/2022-05-27-Portugal-ja-e-o-6-maior-produtor-mundial-de-azeite-4ed22176#:~:text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20azeite%20em,produ%C3%A7%C3%A3o%20re>
- Angelo, J. A.; Oliveira, M. D. M.; Ghobril, C. N. (2021). Balança Comercial dos Agronegócios Paulista e Brasileiro de 2020. *Análises e Indicadores do Agronegócio, 16* (1), 1-16. <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-03-2021.pdf>
- Avillez, F. (2015). *Agricultura Portuguesa: desafios para o futuro*, Editora Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Barata, C. (08 de abril de 2025). *Portugal já é autossuficiente em frutos secos: amendoal invadiu o sedento Alentejo*. *Jornal O Público. Agricultura*. <https://www.publico.pt/2023/04/08/azul/noticia/portugal-ja-autossuficiente-frutos-secos-amendoal-invadiu-sedento-alentejo-2045304>

- Baptista, F. O. (2004). *Espanha e Portugal. Um século de Questão Agrária*. In FREIRE, Dulce, coord. – Mundo Rural. Transformação e resistência na Península Ibérica (Século XX). Lisboa: Colibri, p. 15-51
- Bombardi, L. M. (2017). *Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH – USP.
- Caldas, E. C. (1978). *A Agricultura portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Câmara dos Deputados. (2021). *Agricultura Orgânica avança, mas produtores cobram recursos e menos burocracia*. Agropecuária. <https://www.camara.leg.br/noticias/808106-agricultura-organica-avanca-mas-produtores-cobram-recursos-e-menos-burocracia/>
- Campos, R. e Pires, E. (2021). Vidas Rurais, olivais e transformação da paisagem: Alentejo 2020. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 06, 225-238
- Campos, R. L. S. (2016). Agricultura Alternativa, Agência e Empreendedorismo: o caso da “Herdade do Freixo do Meio” no sul de Portugal. *Cadernos de Campo – Revista de Ciências Sociais* (25), 111–120. <https://oaji.net/pdf.html?n=2020/4826-1589900006.pdf>
- Campos, R. L. S. (2021). Imigração, “desenvolvimento” e trabalho precário na agricultura alentejana: a marca do “azeite português”. *Revista Ser Social. Brasília*, 23 (49), 380-398.
- Campos, R. L. S. (2022). Cômputo do feno e da pastorícia”: elementos de sociabilidade no norte alentejano. *Desenvolvimento e Sociedade: Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*. N. 11, 2022/23, 103-120.
- Campos, R. L. S. (2024). Agricultura orgânica e alternativa no entorno de Goiânia a partir da Feira da 74. *Araraquara: Revista Retratos de Assentamentos*, II (27), 165-176.
- Campos, R. L. S. e Pires, E. (2020). Imigração e Trabalho Precário no Alentejo (Portugal): A Atuação da SOLIM – Solidariedade Imigrante. *Revista Tempos Históricos*, 24 (2), 165-182.
- Candido, A. (2017). *Os Parceiros do Rio Bonito*. EDUSP.
- Carmo, R. M. (2010). A Agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48 (1), 09-22. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000100001>
- Cepeda, V. A. (2012). Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um Balanço histórico. *Revista Estudos Avançados – USP*, 26 (75), 77-90.
- Corrêa, V. M. (2023). O setor sucroenergético enquanto um campo social: uma construção teórica e conceitual a partir da abordagem político-cultural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(4), 01-20, <https://www.scielo.br/j/resr/a/TbDRCfQBbXMRJzYLkzbnGMM/?format=pdf&lang=pt>

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos



- Deutsche Welle. (2022, 4 de março). *Agrotóxicos banidos na UE e nos EUA são usados no Brasil*. Poder360. <https://www.poder360.com.br/brasil/agrotoxicos-banidos-na-ue-e-no-eua-sao-usados-no-brasil-dw/>
- Estatísticas Agrícolas 2018. (2018). Lisboa, Portugal: INE, IP. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629204&PUBLICACOESmodo=2
- Ferrante, V, L. S. B., Baroni, L. A., Duval, E. C. (2008). O preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas. Araraquara – SP. *Revista Retratos de Assentamento*, (11), 21-43.
- Ficarelli, T. R. A. e Ribeiro, H. (2010). Dinâmica do arrendamento de terras para o setor sucroalcooleiro: estudo de casos no Estado de São Paulo. *Revista Informações Econômicas, SP*, 40 (1), 44-54,. <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2010/tec4-0110.pdf>
- Fonseca, A. (2008). *O Montado no Alentejo (Século XV a XVIII)*. Edições Colibri.
- Freire, D. Fonseca, I. Godinho, P. (2004). *Mundo Rural, transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. (org.). Edições Colibri.
- Garofalo, D. F. T., Packer, A. P., Ramos, N. P., Kondo, V. Y., Matsuura, M. I. da S. F., & Cabral, O. M. R. (2020). *Dinâmica na cultura da cana-de-açúcar no Brasil: 1990 a 2018* (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 124). Embrapa Meio Ambiente. <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1125169>.
- Girardi, E. P. (2020). Agronegócio sucroenergético e desenvolvimento no Brasil. *Revista Franco Brasileira de Geografia*, (40). <https://journals.openedition.org/confins/19517>
- Gohon, M. G. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.
- Gorz, A. (2010). *Ecológica*. Annablume.
- Graziano da Silva, J. (2002). *O Novo Rural Brasileiro*, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Graziano F. e Navarro, Z. (2015). *Novo Mundo Rural: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil*. Editora Unesp.
- Lazzarato M. e Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro. DP& Editora.
- Leite Lopes, J. S. (2013). Entrevista com Moacir Palmeira. *Horizontes Antropológicos*, 19(39), 435-457. <https://www.scielo.br/j/ha/a/sPqBzXKsy94RnQLjZzNw5Jk/?lang=pt>
- Machado, F. (2019) *Imigração, trabalho Precário e Agricultura no Alentejo*, Mesa Redonda – Universidade de Évora, - Évora – Portugal, 15.05.2019. Disponível: <https://ihc.fcsh.unl.pt/events/imigracao-trabalho-precario/>

- MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. (2019) Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério. [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-sete-anos-triplica-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa#:~:text=Em%20menos%20de%20uma%20d%C3%A9cada%2C%20o%20n%C3%BAmero,Minist%C3%A9rio%20da%20Agricultura%2C%20Pecu%C3%A1ria%20e%20Abastecimento%20\(Mapa\).&text=Segundo%20a%20coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20org%C3%A2nica%20do,e%2C%20assim%2C%20reduzir%20o%20pre%C3%A7o%20dos%20produtos.](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-sete-anos-triplica-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa#:~:text=Em%20menos%20de%20uma%20d%C3%A9cada%2C%20o%20n%C3%BAmero,Minist%C3%A9rio%20da%20Agricultura%2C%20Pecu%C3%A1ria%20e%20Abastecimento%20(Mapa).&text=Segundo%20a%20coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20org%C3%A2nica%20do,e%2C%20assim%2C%20reduzir%20o%20pre%C3%A7o%20dos%20produtos.)
- Marques, C., & Carvalho, M. (2017). A agricultura e os sistemas de produção da Região do Alentejo de Portugal: Evolução, situação atual e perspectivas. *Revista de Economia e Agronegócio*, 15(3), 425–451. <https://doi.org/10.25070/rea.v15i3.500>
- Matos, M. V. (outubro 2021). Desafios do setor do azeite em Portugal. *Revista do Setor Agrário: voz do campo*. <https://vozdocampo.pt/2021/10/25/desafios-do-sector-do-azeite-em-portugal/>
- Navarro Z. (2019) Meio Século de Interpretação sobre o Rural Brasileiro. (1968-2008). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(3), 472-489. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.219449>
- Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação: As origens políticas e econômicas de nosso tempo*. Editora Campus.
- Ribeiro, A. (2016). *Quando os Lobos Uivam*. Bertrand.
- Sabourian, E. (2009). Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Garamond.
- Safatle, F. N. A. (2011). *Economia Política do Etanol: A democratização da agroenergia e o impacto na mudança do modelo econômico*. Alameda.
- Santos, G. R., & Silva, R. P. (2022). Agricultura e diversidades: Trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. En Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Org.), *Políticas agrícolas no Brasil* (pp. 401–426). IPEA.
- Santos, P. M. (2017), “Os novos agricultores que estão a mudar Portugal”, Visão, 14 de maio de 2017, disponível em <https://visao.pt/atualidade/economia/2017-05-14-os-novos-agricultores-que-estao-a-mudar-portugal/>
- Silva, M. A. M. (1999). *Errantes do fim do Século*, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Slow Food Brasil (2025). *Bom, Limpo e justo manifesto Slow. Food para a qualidade*. https://slowfoodbrasil.org.br/2007/07/manifesto-bom-limpo-e-justo/?vp_filter=category:receitas&vp_page=19
- Smill, V. (2021). *Energia e Civilização: uma história*. Book Builders.

- Stein, L. M. (1998). Igreja católica e programas de sindicalização rural no Brasil (1954–1964). *Temas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP Araraquara*, 5(4).
- Tourraine, A. (2002). *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Van Der Ploeg D. (2016). *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano*. (Ed.) UNESP e UFRGS.
- Veiga, J. E. (1991). *O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*. HUCITEC.
- Voz do Campo (2021). Entrevistas. Voz do Campo. <https://vozdocampo.pt/category/entrevista/>
- Welch, C. A., Malagodi, E. A., Cavalcanti, J. S. B., & Wanderley, M. de N. B. (Eds.). (2009). *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas* (Vol. 1). Fundação Editora UNESP; Ministério do Desenvolvimento Agrário; NEAD. <https://hdl.handle.net/11324/20096>

Agricultura e desenvolvimento, comparativamente, entre Brasil e Portugal: a emergência de alternativas produtivas
Ricardo Luiz Sapia de Campos

